

OS MUSEUS COMUNITÁRIOS E SUA EFETIVAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO E GAÚCHO

MARIANA BOUJADI MARIANO DA SILVA¹; MARIA LETÍCIA FERREIRA
MAZZUCCHI²

¹Ufpel – *mariana.boujadi@gmail.com*

²Ufpel – *leticiamazzucchi@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Investigar a influência concreta que a 'nova museologia' e seus conceitos exercita na sociedade, através da análise das relações dos museus comunitários brasileiros, em específico do Rio Grande do Sul, com a comunidade na qual está inserido, é o que se propõe aqui para o conhecimento da real presença dessa construção acadêmica e suas consequências.

Há de observar-se criticamente, quando implementados os museus comunitários, a efetiva ocorrência de uma mudança na construção museal, ou seja, se a comunidade exerce o almejado protagonismo na instituição, desde a elaboração da missão do museu até a seleção de acervos, demonstrando assim, ser um museu conjugado com o coletivo, não apenas o representando de forma parcial e apartada.

Isso significa entender, então, como, no contexto do século XXI, os museus comunitários têm executado seu pretendido papel de mobilizador social, se construindo, de fato, um entendimento da realidade desse coletivo no passado e presente, enquanto instigando uma reflexão sobre si. Compreender, enfim, se traz mudanças (e quais são elas) à comunidade.

Alcançar isso exige, por sua vez, entender como surgem e se desenvolvem as experiências de museus comunitários. A inserção do público, por exemplo, na instituição, quando e como ele próprio participa de todas as suas etapas. Segundo José Cláudio Alves de Oliveira, o museu comunitário teria como objetivo primário buscar o passado da comunidade e suas produções culturais, para dessa forma poder perpetuar o fazer artístico, a história, a cultura e as produções econômicas dela (OLIVEIRA, 2007). Assim, serviriam de ferramentas para isso, auxiliando na construção de sujeitos coletivos (LERSCH; OCAMPO, 2008), partindo de seus olhares sobre o mundo, sobre seu cotidiano, propiciando uma reflexão crítica e propondo mudanças sociais.

Tentativas disso são museus encontrados no México, no Estado de Oaxaca, que tem 16 diferentes povos em sua população, e que buscam sempre contextualizar os desafios de realização de museus comunitários na nova configuração da nação mexicana.

Essa concepção de museu, adotada pelas populações mexicanas, os torna "um importante meio de educação e comunicação entre as pessoas que visitam os museus, os povos locais e a própria comunidade que o organiza" (MONTEIRO, 2012). A seleção de peças para o acervo, e sua curadoria de modo geral são organizadas em assembleias. Todos os colaboradores são voluntários e seus cargos variam de 1 a 3 anos. As peças que compõem os museus são doadas pela população e por ela organizadas (MONTEIRO, 2012).

Criado em 1990 (aberto em 1994) o Museu Magüta, primeiro e único museu organizado por uma tribo indígena, os ticuna, no Alto Solimões (AM), vai ter ajuda da

UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) para se tornar uma instituição. Instalada na cidade de Benjamin Constant (a cerca de mil quilômetros de Manaus), a unidade reúne coleções do povo da etnia ticuna, além de documentação produzida sobre a história e os costumes dos mais de 30 mil índios das aldeias da tribo, mas ainda não tem organização institucional. Para tanto, o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), órgão vinculado ao Ministério da Cultura, repassou para a UFRJ R\$ 93 mil.

“São projetos relativos ao ambiente, à saúde, à educação, mas são coisas precárias, com instabilidade financeira, porque o trabalho está associado às aldeias, ao conselho de caciques. Então, a nossa ideia, a partir dessa parceria com o Ibram, é integrar o museu Magüta ao Sistema Nacional de Museus e resolver, por exemplo, algumas dificuldades financeiras.” (Oliveira, 2011)

Em 2011 o Museu Magüta foi incluso no programa Pontos de Memória do Ibram em parceria com o Ministério da Cultura.

O conceito de 'facilitador' concentra e viabiliza parte crucial de como funciona empiricamente a ideia de museu comunitário. É através de mediadores que diversas instituições as quais assim se denominam pretendem sua operabilidade.

No Museu Comunitário 13 de Maio em Santa Maria, RS, a diretora Marta Nunes comenta em entrevista que “em alguns casos, para a tomada de decisões, a comunidade externa é chamada a participar dando sugestões e operando de forma decisiva no processo”. Sua afirmação nos permite apreender que em outros casos a tomada de decisões não é necessariamente compartilhada com a comunidade.

Para Patrícia Berg, membro da Rede de Museus Comunitários das Américas, o facilitador deve fornecer ferramentas (colher demandas, sintetizá-las, auxiliar em sua aplicação) para a comunidade que possua o desejo da construção de um museu. Comenta ainda, que é um processo diferente do que acontece em algumas experiências brasileiras, onde, a partir de e através de editais, os projetos são elaborados. Caso os recursos fossem para priorizar projetos existentes, respeitar-se-ia a forma de organização das comunidades. (Berg, 2013)

Para que processo de envolvimento do facilitador gere bons resultados sem que ele se torne autoritário, Odalice Priosti, membro da ABREMC (Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários), afirma, é essencial haver uma metodologia de reuniões sempre abertas para toda a comunidade, onde qualquer membro possa expressar-se livremente através de sugestões, propostas, apresentar trabalhos, participar do projeto como um todo. Seu parecer é de que, quando quem não é da comunidade entra e tenta direcionar a equipe de membros, o resultado produzido é uma imposição que condena o museu a estagnar-se. “O que faz o museu comunitário ser um organismo vivo é a participação direta dos membros da comunidade na concepção e gestão do museu, se decisões são tomadas por uma só cabeça provavelmente o reflexo será um museu do tipo mais convencional, não um museu comunitário.” (Priosti, 2013)

2. METODOLOGIA

Através de consultas bibliográficas de livros, monografias, dissertações e periódicos buscou-se dados que possibilitassem um embasamento para a elaboração do projeto, pretendendo-se seguir um esquema de comparabilidade entre experiências museológicas aproximadas da nova museologia, sobretudo dos museus comunitários, na América Latina, do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Também se buscou a realização de entrevistas com membros chaves das instituições pesquisadas, a participação de seminários sobre o tema e em oficinas.

Enfim, é fundamental ressaltar que esse trabalho desenvolve-se pautado principalmente a uma análise de discursos no registro das operações conceituais, pois, desde seus objetivos iniciais, ele se constitui de uma observação crítica aos museus comunitários e sua real efetivação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que, na própria catalogação de museus comunitários no território nacional, havia uma desatualização nos dados. Investigou-se, num primeiro momento, os dados da ABREMC, cujo “site” possui um mapa contendo, em teoria, todos os museus comunitários e ecomuseus conhecidos de cada região brasileira e se buscou pesquisar informações a respeito de todos os museus comunitários gaúchos constantes no “site” (havia, por exemplo, museus que não mais existem, museus incomunicáveis e informações rasas sobre cada um deles, o mesmo se aplicando, de forma geral, a todas as outras regiões).

Uma das questões mais importantes da entrevista realizada com Odalice Priosti pretendia entender o funcionamento dessa catalogação. Segundo a entrevistada, o principal meio através do qual se chega ao conhecimento da associação às instituições ecomuseais e comunitárias é através de encontros realizados bianualmente, onde há a possibilidade de se apresentar novos projetos para a implantação de novos museus e para a troca de informações sobre eles, discutindo as experiências realizadas até então, buscando assim se auxiliarem.

Num segundo momento, procurou-se analisar a relação de museus constantes na Rede de Museus Comunitários das Américas, onde, dentre diversos países, encontra-se o Brasil. Nessa lista consta apenas o Museu de Maranguape (CE) e o Ecomuseu do Matadouro (RJ). Ou seja, há, mais uma vez, uma dificuldade comunicativa entre os museus comunitários e a ABREMC, entre os museus comunitários e a Rede de Museus Comunitários das Américas e entre os museus em si.

Outra via para criticar-se o próprio conceito com o qual se intitulam é a própria formação do museu. Analisou-se em paralelo com outros museus comunitários latino-americanos e há diversas diferenças fundamentais. Muitas vezes, em museus comunitários estrangeiros, busca-se a sustentabilidade institucional através de elementos próprios da cultura de cada comunidade, trazendo, além da comunicação e preservação de suas origens, a possibilidade de desenvolvimento financeiro do museu e da comunidade, não havendo necessariamente o envolvimento direto de verbas governamentais.

Costumam, além disso, desenvolver-se através de um desejo interno da comunidade, que é a autora dos temas da instituição, a qual é dirigida por membros da própria comunidade, eleitos por ela, como seus diretos representantes. No Brasil, nos casos estudados, os museus dependem de, uma forma ou de outra, de editais governamentais, como no programa "Pontos de Memória", e, a priori ou a posteriori, acabam dependendo do auxílio de universidades para se manter. Em alguns casos, não são dirigidos por membros da comunidade, mas por alguém externo a ela que tenha uma maior possibilidade de arrecadar fundos para a instituição inscrevendo-a em editais de incentivos culturais.

4. CONCLUSÕES

Observou-se, através dessa pesquisa, que seu principal acréscimo relaciona-se

à análise da efetivação dos museus comunitários no Rio Grande do Sul e no Brasil, de uma forma geral, e seu distanciamento da desenvolvida em outras partes da América Latina. Tendo isso observações em vista, há mais uma questão relevante a ressaltar-se: quanto de seu conceito inicial pode ser modificado até que o museu deixe de ser comunitário?

Quando a forma de captação de recursos subsume-se a buscar adequar seu perfil à editais que pouco visam a valorização de cada instituição em seu diferencial, e a participação efetiva da comunidade na qual ele se insere não é uma constante em todos os processos do museu (aquisição, salvaguarda e exposição), e quando a facilitação realizada por agentes externos a comunidade torna-se tão profunda que deixa de ser uma facilitação e passa a ser uma intervenção, e se a comunicação, processo museal fundamental, é comprometida, parece que aquela ideia inicial de um museu feito com e pela comunidade torna-se distante da sua almejada real efetivação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LERSH, T. M.; OCAMPO, C. C.. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história. In: CONFERENCIA NACIONAL DE LA ASOCIACIÓN NACIONAL DE ARTES Y CULTURA LATINAS, Kansas, Missouri, 6-10 outubro, 2004.

OLIVEIRA, J.P.; Ibram e UFRJ assinam termo de cooperação para museu da etnia Ticuna [1 de janeiro de 2011]. São Paulo: *Agência Brasil*. Entrevista concedida a Cristiane Ribeiro.

MONTEIRO, P. M.; Diferentes olhares acerca dos museus comunitários. In: PAINEL AÇÕES COOPERATIVAS DO I ENCONTRO PAULISTA DE QUESTÕES INDÍGENAS E MUSEUS, 3., 2012, São Paulo. Anais... Disponível em <<http://www.forumpermanente.org/revista>> Acesso em 22 de janeiro de 2013.

OLIVEIRA, J.C. O Patrimônio Total: dos Museus Comunitários aos Ecomuseus. **Revista Museu**, Rio de Janeiro, v. 7, 2007. Disponível em <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12673>> Acesso em 01 de dezembro de 2012.

PRIOSTI, O. ; [e-mail] 23 de jul. 2013, Rio de Janeiro. [para] SILVA. M., Pelotas. 2f. Resposta à solicitação de informação sobre ABREMC e sobre o papel do facilitador.

BERG, P. ; [e-mail] 27 de jul. 2013, Porto Alegre. [para] SILVA. M., Pelotas. 1f. Resposta à solicitação de informação sobre a Rede de Museus Comunitários das Américas e sobre o papel do facilitador.

NUNES, M. ; [e-mail] 29 de jul. 2013, Santa Maria. [para] SILVA. M., Pelotas. 2f. Resposta à solicitação de informação sobre o Museu Treze de Maio.

JUNIOR, J. N. Edital nº26/2011- Resultado final do prêmio Pontos de Memória. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Brasília. 10, 2011. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/12/Resultado-Pontos-de-Memoria.pdf>> Acesso em 13 de junho de 2013.